

“Eu sou quem então?”: o trabalho docente na educação infantil e os impactos da organização do trabalho na dinâmica do reconhecimento

Daniela Fischer¹ e Karine Vanessa Perez²

Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil)

Este estudo teve como intuito compreender como o reconhecimento do trabalho docente na educação infantil interfere na saúde das professoras. Para isso, buscou entender as modificações no contexto da educação infantil e os fatores produtores de prazer e sofrimento no ambiente laboral. A pesquisa foi realizada em um município do interior do Rio Grande do Sul, com oito docentes da primeira etapa da educação da rede pública, por meio de entrevistas semiestruturadas. A metodologia utilizada foi uma adaptação da psicodinâmica do trabalho *strictu sensu*. O trabalho docente na educação infantil tem passado por modificações, inclusive em sua organização. Algumas professoras precisaram assumir a responsabilidade pedagógica de mais de uma turma, o que acarretou o aumento da carga de trabalho. Além disso, possuem pouco tempo com as crianças e a principal atividade se refere a atribuições de tarefas. Nesse sentido, a dinâmica da contribuição e do reconhecimento das profissionais é afetada. O reconhecimento é fundamental para que o trabalho tenha sentido para o sujeito. Para as professoras pesquisadas ele provém das crianças com as quais trabalham e é manifestado por meio do afeto.

Palavras-chave: Reconhecimento do trabalho, Trabalho docente, Educação infantil, Saúde do trabalhador, Psicodinâmica do trabalho.

“Then who am I?": the teaching work in childhood education and the impacts of the work organization in the dynamic of recognition

This study had as a general objective to understand how the recognition of the teaching work in the childhood education interferes with the health of the teachers. For this purpose, it sought to understand the changes in the context of childhood education and the factors that produce pleasure and suffering due to the work environment. The research was carried out in a municipality in the countryside of Rio Grande do Sul, with eight teachers from the first stage of public education, through semi-structured interviews. The methodology used was an adaptation of the Psychodynamics of Work *Stricto Sensu*. Teaching work in childhood education has undergone changes, its organization included. Some teachers had to assume the pedagogical responsibility of more than one class, which has led to an increase in the workload. In addition, they have little time with the children and the main activity refers to tasks distribution. In this sense, the dynamic of contribution and recognition of the professionals is affected. The acknowledgment is essential so that the work has a meaning for the subject. For the researched teachers, it comes from the children with whom they work, manifested through affection.

Keywords: Work recognition, Teaching work, Childhood education, Occupational health, Psychodynamics of work.

Introdução

As atividades das docentes têm passado por muitas mudanças, até mesmo na organização do trabalho educacional. A responsabilidade pela parte pedagógica de mais de uma turma tem provocado muito sofrimento em algumas das professoras que são foco desta pesquisa, pois elas praticamente estão apenas prescrevendo tarefas para os auxiliares e atendentes, sem dispor do tempo adequado para estar com as crianças. A discrepância entre o trabalho prescrito e o real faz pensar sobre como se sentem as profissionais no contexto escolar (Dejours, 2004). A impossibilidade

1 Psicóloga.

2 Psicóloga. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

da realização da atividade docente da maneira que acreditam afeta a dinâmica da contribuição do trabalhador e seu reconhecimento.

Desse modo, este estudo teve como propósito compreender como o reconhecimento do trabalho docente interfere na saúde dessas professoras. Nesse sentido, buscou-se identificar os fatores produtores de prazer e sofrimento, e como a docência na educação infantil vem sendo configurada. A relevância social de estudar esse tema diz respeito à centralidade do trabalho, sendo uma atividade que permeia a vida de todas as pessoas. Há ainda pouca literatura relacionada ao tema do trabalho, do reconhecimento e da saúde das docentes da educação infantil, o que foi evidenciado por meio da pesquisa do estado da arte realizado com as palavras-chave “trabalho”, “docente”, “educação infantil” e “identidade” na base de periódicos SciELO, no qual foram publicados apenas dois artigos desde o ano de 2006.

Ao propor essa discussão é indispensável considerar a saúde do trabalhador e os fatores que produzem o sofrimento relativo ao trabalho. Dejours (1992) afirma que as vivências de prazer e sofrimento são inerentes às atividades laborativas. Entretanto, quando não consegue criar estratégias para ressignificar o sofrimento, o sujeito pode adoecer. O reconhecimento pode auxiliar a transformação dessas vivências em prazer e, assim, produzir saúde no trabalho. Nessas relações, assim como na construção da identidade, o olhar do outro é fundamental para que possa ocorrer o reconhecimento (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994). Esse fator contribui para a manutenção da saúde mental dos trabalhadores (Perez, 2014). Constitui também elemento significativo para que o sujeito possa adquirir realização e satisfação no trabalho, além de conferir sentido à sua vida.

O termo professora(s) foi escolhido utilizar devido ao fato de a maioria das trabalhadoras dessa etapa da educação ser do gênero feminino. Brito et al. (2014) afirmam que vários autores ressaltam essa questão de gênero na docência, profissão atrelada à função de educar e à condição materna.

Pela importância que o trabalho possui e para melhor compreender como as docentes se subjetivam através dele, este estudo fundamenta-se teórica e metodologicamente na psicodinâmica do trabalho. Sendo assim, no decorrer do artigo será abordado como a docência se constitui na educação infantil, bem como qual é a atual configuração da organização do trabalho. Também foi desenvolvida uma discussão sobre os fatores que impactam a saúde e a relação de reconhecimento como aspectos importantes para a transformação do sofrimento em prazer.

O mundo do trabalho e a (in)visibilidade docente na educação infantil

O mundo do trabalho passou por diversas transformações ao longo da história, o que tem despertado o interesse sobre sua repercussão na vida humana (Perez, 2012). A atividade laboral possui tanto um aspecto ligado à sobrevivência quanto à condição de realização e reconhecimento pessoal. O trabalho é vital para as pessoas. Por meio dele, elas se sentem úteis e estabelecem grande parte das suas relações, significando a si mesmas e à vida (Bertani & Barreto, 2004).

No capitalismo, a fragmentação da organização do trabalho em relação às tarefas não é novidade. Novas formas de produção para aumentar o rendimento dos trabalhadores foram criadas. Então, houve uma intensificação do trabalho e, como consequência, o desenvolvimento crescente da velocidade e habilidade na execução, através da repetição da mesma tarefa (Merlo, 2000).

Na década de 1980, houve profundas transformações no mundo do trabalho em países capitalistas, nas formas de produção, representação sindical e política. Esse fator repercutiu na subjetividade das pessoas, afetando a forma de ser dos trabalhadores. Nesse período, o taylorismo e o fordismo, vigentes no século XX, já não são predominantes e se misturam com outros processos produtivos. Em alguns casos esses modelos foram substituídos pelo toyotismo (Antunes, 1998).

No trabalho docente também houve a reestruturação de sua definição e natureza, o que trouxe consequências para a organização e a gestão escolar. Essa nova estrutura se refere à polivalência e à intensificação da atividade laboral tanto em relação ao aumento das atividades quanto ao acréscimo do número de estudantes, sendo que este crescimento não foi acompanhado do aumento de professores contratados (Brito et al., 2014). Ao pensarmos no contexto histórico, deparamo-nos com as transformações pelas quais a infância vem passando e que exigem novas atitudes na perspectiva do ensino-aprendizagem.

Para atuar como docente nessa área é necessário que o profissional tenha formação específica para essa faixa etária, com curso de licenciatura plena em nível superior, sendo também admitida a qualificação oferecida em nível médio, na modalidade normal, de acordo com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2007. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) exige formação específica para as professoras desse nível de ensino, o que fez com que as faculdades de Pedagogia assumissem a função de qualificarem essas profissionais (Martins, Vieira, Feijó & Bugs, 2014). Ser professora requer a atualização constante para atender as demandas emergentes em cada contexto. As práticas relacionadas à educação infantil passaram a ter uma nova compreensão por parte das instituições voltadas para esse público. A partir disso, viu-se que os princípios do educar e do cuidar devem ser complementares e associados, tratando a criança como um ser integral e percebendo a importância do caráter pedagógico na infância (Bruel, 2010).

Para Dejours (2003), quando se exerce uma profissão investe-se nela energia, paixão e mobilizações subjetivas, sendo necessário que essa contribuição seja percebida e valorizada pelos outros. O reconhecimento é essencial para a saúde dos sujeitos e possibilita que o sofrimento adquira sentido. Com isso, ele pode ser reconduzido na construção identitária da pessoa. Gernet e Dejours (2011) escrevem que a identidade não é definitiva e se mantém sempre incompleta. Por essa razão, as pessoas precisam constantemente da confirmação do outro.

Nesse sentido, gratificação, realização, reconhecimento, liberdade e valorização do trabalho podem favorecer as vivências prazerosas. Inevitavelmente, experiencia-se o sofrimento quando se confronta o real do trabalho. O reconhecimento permite que possamos nos sentir úteis à instituição e pertencentes a um coletivo de trabalhadores. Essa valorização pode ocorrer tanto pelos superiores hierárquicos quanto pelos pares (Augusto, Freitas & Mendes, 2014).

O trabalhador não é passivo frente à organização do trabalho e busca criar recursos para se proteger contra o sofrimento e contra o possível adoecimento. No Brasil, com as transformações sociais do século XIX, ocorreu a expansão do ensino e, com isso, a profissão docente foi ocupada majoritariamente por mulheres. O trabalho feminino foi solicitado como uma forma de redução de custos, pois era percebido como pouco qualificado em relação ao dos homens. Esse fato evidencia a desvalorização da mulher no mercado profissional (Brito et al., 2014). A questão do gênero feminino ainda é muito presente no universo educacional, principalmente na primeira etapa de ensino.

Percebe-se que a dinâmica do reconhecimento frente ao trabalho realizado é de extrema relevância. Por meio desse fator, além de produzir serviços, o sujeito transforma a si mesmo. O investimento e envolvimento na atividade laboral têm consequências na identidade. A maneira mais importante de reconhecimento provém do trabalho realizado e não do sujeito (Gernet & Dejours, 2011).

A psicodinâmica do trabalho como metodologia

A pesquisa foi realizada a partir da proposta da psicodinâmica do trabalho. Essa abordagem investigativa diz respeito à clínica do trabalho. Ela analisa o contexto laboral em vários aspectos,

buscando acessar seus processos de subjetivação, vivências de prazer e sofrimento, processos de saúde-doença e mediações entre o sujeito e o real (Mendes, 2007). O que interessa é conhecer o trabalho vivo, a prática, a mobilização para fazer, o envolvimento da inteligência e os desejos do trabalhador, mas também o que é oculto, negado, “não dito” (Mendes, Araújo & Merlo, 2011).

Essa abordagem possui bases psicanalíticas e prioriza a escuta, e não a simples observação (Castro & Merlo, 2011). Conforme Mendes (2007), o objetivo da clínica do trabalho é a escuta do sofrimento e das elaborações realizadas, as quais produzem no trabalhador a recuperação das capacidades de pensar e agir e, por isso, o resgate de sua emancipação. Segundo essa perspectiva, o sujeito é constituído por conflitos intrapsíquicos e em relação com o outro. Por isso, o reconhecimento a partir do olhar do outro se faz importante para a ressignificação do sofrimento, transformando-o em prazer (Gernet & Dejours, 2011).

Essa abordagem teórica postula que a escuta precisa ser realizada de forma coletiva, com o intuito de promover a reflexão com o conjunto de trabalhadores. Tem como proposta de intervenção possibilitar que o sujeito se reapropriar da realidade de seu trabalho e busque estratégias para torná-lo mais saudável (Heloani & Lancman, 2004).

Diante da complexidade do campo e da dificuldade em outras tentativas de realizar ações grupais com esse público, foi feita uma adaptação da metodologia da psicodinâmica do trabalho *strictu sensu*. Utilizou-se, assim, entrevistas individuais semiestruturadas, ao invés de encontros grupais, como técnica para o levantamento das informações. A metodologia da psicodinâmica do trabalho possui uma série de etapas para o processo de construção da pesquisa, sendo elas: a pré-pesquisa, a pesquisa propriamente dita e a validação (Dejours, 2008; Mendes, 2007).

A pré-pesquisa compreende uma aproximação com o campo a ser pesquisado. Nela se procura obter o máximo de informações sobre o processo de trabalho, principalmente sobre a organização real, na qual se realizará a pesquisa propriamente dita (Dejours, 2008). Nessa etapa procura-se também literatura sobre o assunto. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, por meio da CAAE 80813717.3.0000.5343, realizou-se os contatos com o público-alvo. Também houve a constituição de um grupo de pesquisadoras com colegas do curso para discutir as leituras e a pesquisa que estava sendo desenvolvida.

A pesquisa propriamente dita é composta pelos encontros que acontecem com os sujeitos. Nesses, o interesse recai sobre o comentário verbal dos trabalhadores, sobre a sua versão e não sobre a realidade em si (Dejours, 2008). Nessa etapa, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com oito professoras da educação infantil, em local combinado previamente. Todas mulheres, com idades entre 33 e 40 anos, da rede pública de um município do interior do Rio Grande do Sul. Todas são graduadas em Pedagogia, algumas com habilitação específica em educação infantil e quatro delas com pós-graduação nessa área também. Foi utilizada a técnica de bola de neve para seleção de amostragem, em que uma participante indica a outra (Biernacki & Waldorf, 1981). Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) afirmam que é por meio da palavra dos trabalhadores que teremos acesso ao sofrimento deles. As explicações verbais sobre suas vivências possibilitam que compreendamos como a relação entre saúde e trabalho se articula no coletivo.

A validação corresponde à devolução aos participantes em uma reunião específica, após a análise inicial dos dados (Dejours, 2008). Nesta pesquisa, essa fase também foi adaptada, pois no final de cada entrevista questionava-se como as docentes estavam se sentindo após a conversa, para que elas pudessem dar um “retorno” do que a entrevista foi capaz de produzir como reflexão sobre o trabalho e como este interfere em suas vidas. Elas relataram a importância de haver um espaço de escuta para compartilhar suas vivências laborais. Também se percebeu que foi um momento de fala, de escuta e, em muitas ocasiões, de desabafo, em que puderam expressar o que estavam sentindo

em relação ao trabalho, pois nem sempre outros espaços de escuta estão disponíveis. Nesse sentido, foi possível validar a pesquisa e destacar sua relevância social.

Resultados e discussão

Com base no material obtido por meio da análise dos dados, os assuntos discutidos foram divididos em três eixos temáticos e elaborados a partir dos comentários verbais das professoras, estando relacionados aos objetivos desta pesquisa: a docência na educação infantil, que envolve a organização do trabalho; prazer e sofrimento como indicadores de saúde; e o reconhecimento do trabalho. Essa divisão se deu para melhor organizar o material, porém, os temas se inter-relacionam. É importante ressaltar que, para garantir o sigilo, foram utilizados nomes fictícios para as participantes.

A docência na educação infantil

De acordo com os resultados obtidos neste estudo, buscou-se entender as modificações no mundo do trabalho no contexto da educação infantil. Assim, surgiu o eixo temático sobre a docência nessa etapa de ensino, no qual serão discutidos alguns marcos históricos e o modo como as professoras percebem seu trabalho, a partir do que foi identificado nas entrevistas.

A reestruturação da atividade docente provocou várias consequências para a organização escolar, principalmente em relação à polivalência e à intensificação do trabalho, com o aumento das tarefas a serem realizadas (Brito et al., 2014). Desse modo, o tempo também tem uma nova significação, pois deve ser aproveitado com a produção de algo que seja concreto e visível. Nesta perspectiva, as professoras da educação infantil vivenciam um importante momento histórico quanto à construção de sua identidade profissional. Tal aspecto se reflete na busca e na necessidade de formação constante, além da reflexão sobre a prática pedagógica nas instituições de ensino de crianças. Nos anos 1990, houve a regulamentação da educação infantil a partir da LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especificando-a como a primeira etapa da educação básica.

Dentre as transformações, podemos destacar a transição de creches para escola de educação infantil. Esse fato ocorreu para atender novas exigências, dentre elas, a integração ao ensino básico até 1999 (Martins et al., 2014). A criança até então não era considerada um ser integral, tendo como princípios apenas o cuidado e o assistencialismo, sem o enfoque do educar. A fala a seguir representa essa transição:

Primeiro foi que virou escola né, na verdade no papel é pra ser escola, e tá certo que na prática mesmo não tá sendo respeitado isso, mas eu gostei tipo da valorização e tudo e eu comecei a estudar bastante essas coisas das leis né, então eu vi que tudo, tudo voltado pra melhorar pra criança, é educação, LDB também e nela foi incluída a educação infantil ali (Maria).

Muitos avanços ocorreram nessa etapa da educação, de modo que as docentes passam a ter um papel importante, já que sua função vai além de cuidar, promovendo espaços de aprendizagem. A LDB exigiu formação específica para as professoras desse nível de ensino. Viu-se que os princípios do cuidar e do educar devem ser complementares e associados, compreendendo a criança em sua integralidade e o caráter pedagógico na infância como imprescindível (Bruel, 2010). Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que estão em vigência atualmente, a

primeira etapa da educação básica é oferecida em espaços institucionais onde crianças de zero a cinco anos são cuidadas e educadas em tempo integral ou parcial (Ministério da Educação, 2010).

As docentes abordaram a importância do seu trabalho, que terá reflexos no futuro, muito mais do que “resultados” imediatos. Somado ao cuidar, o educar na educação infantil tem contribuído para uma prática mais comprometida com as necessidades e potencialidades das crianças, seguindo o pensamento de uma das entrevistadas, que nos diz

A educação infantil é um todo né . . . então eu faço um trabalho que vai aparecer lá no futuro, de repente não vai aparecer hoje, o meu trabalho vai aparecer mais adiante, por isso que eu acho que de repente também não se dá tanta importância, porque ele não é uma coisa que não tem um resultado imediato (Joana).

As leis foram se adequando às novas possibilidades de ensino, já que as mulheres foram ocupando o espaço laboral fora do âmbito doméstico. No contexto atual, devido ao maior número de crianças atendidas nas escolas e para não aumentar o valor da folha de pagamento das professoras, decidiu-se que as que já estavam trabalhando mediante aprovação no concurso abrangeriam mais turmas dentro da mesma carga horária. Essa mudança implica sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, sua precarização.

Trabalhar com crianças muito pequenas requer muita responsabilidade e atenção. As professoras se reconhecem como pessoas importantes para uma educação de qualidade e para fazer a diferença na vida dos educandos que passam por elas. Porém, com a nova modalidade laboral, sentem que esse fator fica comprometido, pois não conseguem integrar o cuidado ao educar. Nesse sentido, percebe-se que a organização do trabalho docente teve algumas mudanças, as quais serão discutidas a seguir.

Organização do trabalho

A docência na educação infantil passou por algumas modificações. Neste eixo será abordado o modo como a atividade docente nessa etapa de ensino é organizada atualmente. Pode-se constatar mudanças recentes nas instituições públicas de educação infantil do município em que a pesquisa foi realizada. Essas mudanças correspondem ao fato de as professoras passarem a ser responsáveis pela parte pedagógica de mais de uma turma na faixa etária de zero aos três anos simultaneamente, precisando fazer o planejamento e os pareceres dos alunos. Assim, o cuidado direto das crianças passa a ser realizado por estagiários e atendentes. Isso tem interferido na organização do trabalho e na subjetividade das trabalhadoras, bem como em sua saúde mental, já que tem ocasionado uma importante sobrecarga de trabalho e uma burocratização deste fazer.

A organização do trabalho diz respeito não só à sua divisão, mas também às tarefas, aos ritmos determinados e aos modos operatórios prescritos. Refere-se também e especialmente à divisão dos sujeitos para a realização das tarefas, na qual há a representação hierárquica e os sistemas de controle, além da questão da responsabilidade e das relações de poder (Dejours, 1992).

Diferentemente das condições de trabalho que atuam principalmente sobre o corpo, a organização do trabalho age sobre o funcionamento psíquico do sujeito. A divisão das tarefas e o modo operatório estão atrelados ao sentido e ao interesse por parte do trabalhador na realização de suas atividades. Já a divisão dos seres humanos remete à relação entre as pessoas e suas mobilizações afetivas (Dejours et al., 1994).

Em relação à pesquisa realizada com docentes da educação infantil, podemos afirmar que o modo como o trabalho está organizado impacta diretamente a vida das professoras. Ao conseguir

aprovação e nomeação em um concurso, há a conquista da estabilidade empregatícia. Entretanto, isso não significa que o trabalho será prazeroso. No caso das pesquisadas a gestão municipal decidiu adotar sem consultá-las um modelo de organização que elas consideram inviável. O vínculo com a atividade laboral ficou frágil, e o espaço ocupado pelas professoras foi totalmente modificado. A partir da fala a seguir pode-se identificar esse aspecto da organização do trabalho:

Agora esse ano tá difícil, né, porque eu ganhei três turmas, uma turma de dois anos e duas turmas de três anos. Então com a direção a gente acertou de eu entrar uma tarde em cada turma né, porque se eu teria que entrar um pouquinho em cada turma daria uma hora e pouco né, então eu pegaria rotina, coisas que fazem parte da educação infantil, mas o trabalho pedagógico que falam né, dificilmente eu conseguiria desenvolver né, entrando uma hora e pouco (Luna).

Existe uma discrepância entre o trabalho prescrito e o real no fazer dessas professoras. O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser descoberto e inventado pelo próprio trabalhador (Dejours, 2004). Cru (1987) ressalta que as regras de ofício e as práticas “linguajeiras” referem-se a ações elaboradas por coletivos de trabalhadores e que ocorrem por meio das trocas cotidianas nas maneiras de realizar o trabalho. Essas práticas demonstram uma maneira de administrar a tensão entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

O ser humano como que interfere nas prescrições do trabalho criadas para alcançar determinados objetivos. Por outro lado, há o investimento dele para dar conta do que seria inviável de ser executado seguindo apenas a prescrição da atividade (Perez, 2012).

As docentes relatam que seu trabalho praticamente se resume a “colocar no papel”, isto é, a escrever projetos, pois a execução de suas ideias será realizada por atendentes e estagiários. Com isso, se sentem excluídas do processo educacional, e seu trabalho fica esvaziado de sentido. Nessa perspectiva, as professoras ficam responsáveis pelo trabalho prescrito, enquanto o trabalho real é realizado por outros profissionais. Essa distância entre a prescrição e o que acontece de fato no cotidiano laboral fragmenta o trabalho e impossibilita que a noção do todo da atividade se configure. O que elas aprenderam teoricamente em sua formação (trabalho prescrito) fica longe do que atualmente está sendo vivenciado na prática (trabalho real). A contribuição das docentes em relação ao seu fazer diverge do que é implicado por ser educadora na educação infantil, especialmente no que se refere à dinâmica relacional. Isso tem impactos significativos na construção da identidade profissional. A fala a seguir retrata isso:

Eu virei uma profe de papel . . . eu tenho projetos lindos no papel e eu não, na prática, eu não sou professora (Carla).

Como é recente, essa nova organização de trabalho tem provocado muitos descontentamentos, pois não levou em consideração a opinião de quem está no cotidiano na escola, ou seja, as professoras. Foi uma decisão tomada pela gestão da educação municipal, não passando pela análise do coletivo docente. Para Moraes, Vasconcelos e Cunha (2012), a autonomia é um fator importante para propor novas formas de organização do trabalho, por meio da mobilização da inteligência prática e para a elaboração de novas maneiras de desempenhar suas tarefas, sendo um fator importante para a realização e a satisfação no trabalho. Nas entrevistas realizadas, as pesquisadas precisam ser responsáveis pelo aspecto pedagógico de mais de uma turma ao mesmo tempo, mas isso não acontece, o que pode ser percebido na fala:

Agora eu não tenho mais essa autonomia entendeu, porque agora eu tenho uns minutos na turma e eu não sei mais (Ana).

As docentes avaliam que o trabalho era mais satisfatório quando era permitido que ficassem com uma turma, porque conseguiam ter autonomia no ensino e uma compreensão do todo referente à educação infantil de uma turma em específico. A mudança de terem que assumir duas ou mais turmas acarretou uma sobrecarga de trabalho, pois as professoras precisam planejar e fazer os pareceres de todas as crianças. Além disso, precisam elaborar materiais para as aulas, já que na educação infantil se trabalha muito com o concreto e com o lúdico.

Professor de educação infantil . . . tem muita coisinha pra fabricar, muito concreto . . . tipo de ficar até uma hora da manhã (Ana).

“A organização do trabalho é uma relação social, é um compromisso entre objetivos e prescrições (procedimentos, maneira de organizar o trabalho, método) e as dificuldades reais para a realização do trabalho” (Lancman & Uchida, 2003, p. 87). O ser humano possui uma história singular, é portador de desejos e projetos; desse modo, reage à realidade de maneira original (Dejours et al., 1994). A psicodinâmica do trabalho busca compreender a dinâmica psíquica em relação aos conflitos gerados pelo confronto entre o desejo do trabalhador e as formas de gestão do trabalho (Augusto et al., 2014). Com isso, as vivências em relação ao trabalho são subjetivas e experienciadas diferentemente por cada pessoa. Assim sendo, a dinâmica do prazer e do sofrimento se evidencia e faz parte do cotidiano laboral, razão pela qual será discutida a seguir.

Prazer e sofrimento como indicadores de saúde

A organização do trabalho é central para se pensar como os trabalhadores produzem vivências de prazer e sofrimento (Castro & Merlo, 2011). Essas vivências são importantes para avaliara saúde dos trabalhadores, já que o sofrimento remete ao “espaço de luta que ocorre no campo situado entre, de um lado, o bem-estar, e, de outro, a doença mental e a loucura” (Dejours, 1993, p. 153).

Para Mendes (2007) a psicodinâmica do trabalho tem como objeto o estudo das relações entre a organização laboral e os processos de subjetivação. Nessa perspectiva, a autora acrescenta que há um processo de atribuição de sentido, baseado na relação do trabalhador com sua realidade laboral, sendo expresso nas formas de pensar, sentir e agir dos indivíduos ou do coletivo.

O sofrimento é uma vivência intermediária entre a saúde e a doença, e é inerente ao mundo do trabalho, onde há o encontro do sujeito, de sua história pessoal e da organização do trabalho. Identificam-se dois tipos de sofrimento oriundos da organização do trabalho: o patogênico, que ocorre quando todas as defesas do sujeito e a liberdade na organização do trabalho foram utilizadas, possibilitando o desequilíbrio psíquico e o aparecimento da doença; e o criativo, quando o sujeito consegue elaborar soluções originais que lhe propiciem saúde (Machado & Merlo, 2008). Como fatores de sofrimento estão a imposição da organização do trabalho, que no caso das professoras entrevistadas é imposta pela gestão municipal, a falta de autonomia, a sobrecarga de trabalho e a falta de comunicação dentro da comunidade escolar. Essas questões estão expressas na fala:

Não me sinto à vontade, nem, daqui a pouco vou ter que fazer um parecer, que que eu vou falar de uma criança que eu não tenho contato, então agora tá bem difícil. . . . Mas eu me sinto muito desanimada, de semana passada eu chegar de manhã assim, meu Deus, acho que eu queria ficar doente pra não ter que ir trabalhar sabe, isso pra mim é um absurdo (Ana).

O sofrimento surge mediante o bloqueio da relação do trabalhador com a organização do trabalho que não pode ser modificada. Assim, a energia pulsional não consegue ser descarregada no

exercício laboral e acaba se acumulando no aparelho psíquico. Essa energia não fica “armazenada” e se traduz em uma manifestação somática (Dejours et al., 1994). Segundo Araújo e Mendes (2014), a dor é a energia que o sujeito despende centrado em si mesmo. Acrescentam que sofrer é a forma de se indignar, pensar, sentir e agir frente a uma realidade cruel.

Se o sofrimento não gera descompensação psicológica é porque o sujeito emprega estratégias defensivas para estabilizá-la (Dejours, 2007). A psicodinâmica do trabalho tem como objetivo estudar, não as doenças mentais advindas da atividade laboral, mas a normalidade (Dejours et al., 1994). O saudável é resultante do compromisso entre o sofrimento e a criação de estratégias individuais e coletivas que podem ser consideradas um movimento da manutenção da saúde. Dessa maneira, intervir na organização do trabalho se configura como contribuição para o processo saudável (Mendes, 2007).

As estratégias defensivas apontam uma dualidade sobre o sofrimento laboral. Por um lado, se constitui como sendo importante para que o sujeito consiga se adaptar às pressões, sem enlouquecer e continuar trabalhando. Por outro, implica a estabilidade da relação subjetiva com a organização do trabalho, de modo que resiste à mudança (Perez, 2014).

Entretanto, o sofrimento pode ser resignificado e transformado em prazer. Na psicodinâmica do trabalho a palavra assume papel de destaque. Ela possibilita a expressão de desejos, de emoções e dos sentimentos mais íntimos. Proporciona que o acontecimento seja resgatado, de modo que haja a percepção de como o trabalhador significou tal situação, transformando o que o fez sofrer em experiência, em ensinamento interior. Nessa perspectiva teórica se procura possibilitar que o manejo do sofrimento seja construído pelos próprios trabalhadores (Araújo & Mendes, 2014).

A questão do coletivo, da união, da troca entre colegas e da cooperação é um fator importante, de que as professoras gostam no trabalho. O prazer é atrelado principalmente ao contato com as crianças e à troca afetiva. Isso fica evidente na fala a seguir:

o afeto das crianças é uma coisa assim fora sabe, essa coisa, esse contato com as crianças, é o carinho, é essa afetividade, esses laços que tu cria com as crianças, com os pequenos é diferente do que com as crianças maiores, não é mesma coisa. . . . As crianças, eu adoro, é assim, eu não consigo me ver agora trabalhando em outro lugar, nem, nem direção de escola nada, que quero trabalhar em sala de aula com as crianças, a troca que tem entre eu e eles é o que me motiva a trabalhar com eles (Joana).

Percebe-se o quanto as entrevistadas investiram na educação infantil, qualificando-se para atuarem na área. Por isso, a nova organização de trabalho imposta tem causado grande sofrimento. Elas relatam que é a prática que dá sentido ao seu trabalho, e não a escrita de projetos. Essa descartabilidade que sentem em relação à profissão traz sofrimento e, se não for resignificado, pode redundar em adoecimento. A construção de estratégias defensivas é importante para conseguirem permanecer no trabalho e lidar com as vivências de sofrimento decorrentes desse contexto para buscarem a saúde, mesmo impossibilitando a transformação da organização do trabalho, já que essas trabalhadoras passam a não se dar conta do real do trabalho.

O espaço de fala e o coletivo são vistos como aspectos que contribuem para a resignificação do sofrimento e, portanto, para a saúde mental (Castro & Merlo, 2011). No caso das professoras verificou-se a mobilização coletiva em busca de reivindicações para melhorar a organização do trabalho, em busca do prazer.

A gente tá lutando assim com a ajuda do sindicato, vendo Ministério Público e vendo outras formas assim de que a gente possa fazer com que ele não seja aprovado né, acho que isso é o que a gente mais quer, porque daí vai ser muito complicado . . . eles achavam que a gente ia aceitar numa boa, porque as profes eram de creche, as tias, não dizem, mas a gente sente isso sabe, porque eles não consultaram ninguém e acho que eles levaram isso por surpresa (Maria).

Ao serem questionadas sobre a saúde, geralmente respondiam de maneira imediata que estava tudo bem. Entretanto, todas levam bastantes atividades para serem feitas em casa, pois não há como dar conta das atividades dentro da carga horária de trabalho. Algumas separam momentos de lazer com a família, para cuidar de si, mas nem sempre isso acontece, principalmente no início da carreira. Às vezes a medicação precisa fazer parte da vida das professoras para se manterem no trabalho. Quando o envolvimento emocional está mais presente, maior é o impacto da atividade laboral na vida delas e, conseqüentemente, maior o sofrimento. Todas escolheram atuar nessa profissão, sendo que algumas iniciaram como monitoras, estagiárias e se identificaram com o trabalho, decidindo investir na formação para atuar na área. O trabalho e seu contexto interferem na saúde das docentes, questão que será abordada no próximo eixo.

Impactos na saúde

Neste eixo buscou-se identificar como o trabalho docente na educação infantil produz impactos na saúde das professoras, o que pode ser expresso em suas vivências de sofrimento e de resignificação, conforme trazido anteriormente. A relação entre trabalho e saúde é algo que provoca muitas reflexões.

O contexto laboral tem influência nas vivências de prazer e de sofrimento, e essa dinâmica constitui a subjetividade do trabalhador. Elas se referem ao sentido resultante da interação entre as condições subjetivas, relativas ao sujeito, e as objetivas, correspondentes à realidade de trabalho. O sofrimento é um indicativo de saúde, porém ser saudável não significa ausência de sofrimento. Nesse sentido, além de ser uma vivência de afetos dolorosos, o sofrimento é mobilizador de mudanças nas situações que provocam o sofrimento (Augusto et al., 2014).

“O sofrimento assume um papel fundamental que articula ao mesmo tempo a saúde e a patologia” (Mendes, 2007, p. 37). Nessa perspectiva, a saúde diz respeito ao enfrentamento das pressões e às imposições do trabalho que provocam instabilidade psíquica e que podem ser transformadas em prazer. Já a patologia compreende falhas no modo como ocorre o enfrentamento do sofrimento, de modo que predomina o desejo da produção sobre o desejo dos sujeitos-trabalhadores (Mendes, 2007). O sofrimento sempre existirá no contexto laboral, mas com isso não se quer dizer que ele sempre causará adoecimento. Quando a pessoa consegue criar formas de enfrentamento e se ver enquanto alguém que possui desejos, para além de ser uma força produtiva, o sofrimento pode ser resignificado, e a saúde mantida.

Segundo Vieira, Gonçalves e Martins (2016), muitos docentes da educação básica se afastaram do trabalho por meio de licenças de saúde. Os resultados de estudos realizados em Pelotas indicam que as professoras que mais solicitaram licenças foram da educação infantil, onde prevalecem os problemas mentais, comportamentais e osteomusculares (Vieira et al., 2010).

A partir das entrevistas percebemos que a saúde das docentes está sendo afetada. Tristeza, abalo emocional e psicológico, choro, medicações, dentre outras somatizações, fazem parte da vida dessas profissionais. Porém, elas se sentem realizadas na função que escolheram, mesmo que essa atuação gere simultaneamente grande sofrimento. A seguir algumas falas exemplificam o estado de saúde psíquica das professoras:

Então, eu no momento assim eu tô bem abalada sabe, ãh, bem triste, que não é, eu não sou assim, na verdade a prefeitura me entristeceu . . . me matou por dentro assim . . . eu só quero trabalhar, da maneira que eu acredito . . . hoje a modalidade que eles querem é que a gente faça de conta, que eu entre, faça uma chamada, escreva lá um planejamento de crianças que eu não vejo e o que mais me incomoda, eu além de não ver eu não vivo (Ana).

Sobrecarregada. . . . Eu virei uma profe volante que eles falam, que tu atende três turmas simultaneamente, então eu tenho sessenta alunos no meu período da manhã e mais vinte no turno da tarde. Então isso me dá uma sobrecarga de trabalho, uma frustração enorme . . . porque eu vou ter que fazer essa avaliação depois, como fazer uma avaliação se eu não vivi. . . . Ah, eu não durmo bem né, eu preciso de medicação pra dormir e aí como eu tomo medicação pra dormir eu preciso de um remédio pra acordar né . . . então essa é a minha saúde mental assim, pra desligar eu preciso de uma medicação e pra acordar eu preciso de outra (Carla).

Além das questões psíquicas, o corpo e o fisiológico também são afetados de forma significativa. Muitas vezes essas manifestações não estão relacionadas ao trabalho, como se este fosse fonte somente de aspectos positivos. Pensar sobre como a atividade laboral está interferindo na saúde é difícil e possui muitas resistências por parte de inúmeros trabalhadores. As professoras entrevistadas relataram algumas manifestações corporais, como dores musculares, que podem estar associadas às insatisfações frente ao contexto laboral.

Eu acho que tem tudo a ver o estresse também porque eu tô toda dura, toda dura, nas costas, ui, deixa eu ver, aqui tudo eu sinto dor [região dos ombros], e quando eu boto a mão, eu sinto que os meus músculos estão tudo dolorido assim, tudo duro, que é de tensão também, é de tensão porque daí tu tem que dá conta daquilo né (Alice).

A dinâmica das relações de trabalho e as formas de subjetivação se expressam pelas vivências prazerosas ou de sofrimento para mediar as contradições existentes e as patologias sociais, tanto na saúde quanto no adoecimento. Tal dinâmica envolve o investimento da inteligência prática, da personalidade e da cooperação como fatores para dar conta da “loucura” do trabalho e manter a saúde, na medida em que são utilizados como elementos de confronto à dominação da organização do trabalho (Mendes, 2007).

As entrevistadas gostam de estar na escola, em sala de aula e de (con)viver com as crianças. Reconhecem-se estando em contato com os alunos de uma turma por turno, com os quais conseguem desenvolver atividades que potencializam seu aprendizado. O sentido maior do trabalho está no vínculo construído com os alunos, na troca afetiva e no encontro com eles. Isso possibilita uma relação satisfatória com o trabalho e uma vontade de realizar o que acreditam nesse processo de educar e de cuidar na primeira etapa da educação básica. Porém, a mudança estrutural está sobrecarregando as docentes e precarizando o trabalho. Há um desgaste emocional e psicológico decorrentes dessa sobrecarga e da nova organização do trabalho. Nesse sentido, a questão do reconhecimento é de extrema importância, quando abordamos o assunto do trabalho, o que será discutido no próximo eixo.

Reconhecimento

A pesquisa teve como objetivo compreender como o reconhecimento interfere na saúde das professoras de educação infantil. Este aspecto está intimamente relacionado ao prazer, ao sofrimento, à saúde e ao adoecimento laboral. Gernet e Dejours (2011) afirmam que o reconhecimento do trabalho corresponde à realização do “eu” no campo social. É importante ressaltar que sempre há conflitos entre o sujeito e o trabalho prescrito e real, e que eles acontecem no interior das relações sociais no contexto laboral. Nesse sentido, um elemento fundamental para a transformação do sofrimento em prazer, dando sentido para o trabalho, é o reconhecimento (Spode & Merlo, 2006).

O trabalho é central na luta contra o adoecimento, pois possibilita a construção do reconhecimento social pelo trabalhador (Bottega & Merlo, 2010). Para a psicodinâmica do trabalho a identidade é a armadura da saúde mental e precisa ser reconstruída constantemente. A maioria das pessoas não pode elaborar a identidade a partir de si mesmas. Portanto, a confirmação pelo olhar do outro se torna essencial. Por meio do reconhecimento, o trabalho não representa apenas a produção de bens ou serviços, mas significa também a transformação de si mesmo. O reconhecimento que o sujeito busca diz respeito ao seu fazer e não ao seu ser, sendo importante para sua construção identitária (Gernet & Dejours, 2011).

A engenhosidade, a inteligência do corpo e a dinâmica do reconhecimento são importantes para a transformação do sofrimento em prazer, conferindo sentido e valor ao vivido (Dejours, 2007). Esse sentido se dá no encontro da subjetividade do trabalhador, do saber fazer e do coletivo de trabalho (Mendes, 2007). Portanto, o coletivo é fundamental para a transformação das condições e da organização do trabalho, quando essas não são favoráveis ao desenvolvimento e à satisfação do ser humano.

É importante que as pessoas consigam encontrar formas de resistir e se sintam reconhecidas nos diferentes contextos nos quais convivem, pois, do contrário, podem perder o sentido que atribuem ao trabalho e à vida (Seligmann-Silva, 2011). “O processo de reconhecimento do trabalho pode ser registrado no âmbito da personalidade afetando a identidade do trabalhador” (Perez, 2014, p. 120).

Para a psicodinâmica do trabalho o reconhecimento laboral ocorre por duas vias de julgamento. Uma delas é apreciação pela utilidade, sendo técnica, social ou econômica, e conferida pela hierarquia, pelos trabalhadores e, em alguns casos, pelos clientes. A outra é referente à beleza e é realizada pelos pares, ou seja, pelos colegas de profissão (Gernet & Dejours, 2011). Esta última também pode ser chamada de julgamento estético e se subdivide em dois níveis. O primeiro é muito exigente por vir dos pares, que são os que mais sabem sobre aquela atividade, e se refere à qualidade do trabalho, incluindo o respeito pelas normas. Quando ele é proferido, reconhece-se o saber-fazer do sujeito, que se sente pertencente ao coletivo de trabalhadores. No segundo nível, a originalidade do trabalho é o que o torna reconhecido, fazendo com que o produto desenvolvido por cada sujeito seja único. Este nível implica a identidade do trabalhador (Castro & Merlo, 2011).

Neves e Seligmann-Silva (2006) afirmam que uma das maiores queixas apontadas pelas docentes se refere à falta de reconhecimento social, o que colabora para nossa compreensão da sua localização profissional e saúde mental. O reconhecimento do professor de educação infantil pelos pais está ocorrendo de forma gradativa. Já pela gestão municipal e pelas demais instâncias o reconhecimento geralmente se mostra ausente, o que é perceptível nas falas:

Falando no todo assim, pouco valorizado né, ah, quando se fala em educação se esquece muito da educação infantil (Maria).

E é uma falta de respeito muito grande, de tu ouvir assim “a, tu tá numa EMEI [Escola Municipal de Educação Infantil], tu não é professora sabe”, não pera aí, eu sou quem então? Eu sou quem então, fiz a faculdade pra que né (Joana).

A retribuição pela contribuição prestada à organização do trabalho é esperada pelo trabalhador e possui uma natureza simbólica (Castro & Merlo, 2011). Em relação às professoras da educação infantil, percebemos que há uma construção cultural em sua identificação e reconhecimento. Nas creches as cuidadoras das crianças eram historicamente chamadas de “tias”, remetendo a uma pessoa da família e descaracterizando a relação profissional. Tal fato é ressaltado por Beraldo e Carvalho (2006), que enfatizam que esse costume representa uma forma de desvalorização profissional. O que também é revelado pela fala:

É bem complicada essa questão, porque assim a tia seria uma extensão da casa né, da família. Em alguns momentos sim a gente é extensão, mas eu acho que no momento que tu é considerado como professor, e em respeito à minha titulação e à minha formação, sim eu sou professora né (Lia).

Dentro das relações que estão estabelecidas no trabalho, sabemos que é de extrema importância o sujeito sentir-se reconhecido perante o outro, sendo essa visibilidade fundamental para a construção da identidade e do sentimento de satisfação laboral. Brito et al. (2014) mencionam que o reconhecimento das professoras se dá crucialmente pelos estudantes. As profissionais buscam que seu trabalho seja reconhecido, visibilizado e valorizado pelos outros. Pelas falas das professoras percebemos que o reconhecimento maior é o das crianças, que demonstram afetivamente a importância delas, seja por meio de elogios, seja por dizerem que as amam.

Às vezes a gente chega assim tá meio ruim, eles olham “ai, profe, como tu tá linda hoje” e a gente nem tá, nem, cabelo amarrado, tá uma coisa assim, mas aquilo ali já dá, daí eles vem e me abraçam “profe, eu te amo muito” (Maria).

A visão de creche é ainda muito presente; conseqüentemente, as profissionais ainda são consideradas como “tias”. Contudo, elas estão buscando mostrar sua importância, valorizando-se perante a sociedade. A partir das entrevistas realizadas, percebemos o quanto essa questão do reconhecimento é importante para as professoras. O que as motiva a continuarem na profissão são justamente as crianças, das quais recebem afeto e demonstrações de carinho. O reconhecimento maior vem das crianças com quem possuem relação direta e com as quais podem construir vínculos. É perceptível que elas se sentem importantes, já que se qualificam para estarem atuando na educação infantil, e que buscam pôr em prática seus ideais. Quando esse contato é impossibilitado, há sofrimento, já que as professoras possuem responsabilidades sobre as crianças e precisam fazer documentos (pareceres) a respeito delas.

Considerações finais

Com base na pesquisa realizada, pode-se concluir que o reconhecimento é fundamental para a manutenção da saúde das professoras de educação infantil. Esse elemento é essencial para que o sofrimento advindo do contexto laboral possa ser transformado em prazer. A desvalorização da educação como um todo no contexto brasileiro, principalmente da primeira etapa, acontece por parte dos gestores municipais, estaduais e federais. Os pais das crianças com as quais elas trabalham estão gradativamente percebendo a importância do trabalho docente. A docência não se refere apenas ao ato de cuidar, mas de propiciar um ambiente favorável para o desenvolvimento integral de cada ser humano.

Este estudo é um recorte da realidade e possui como intuito instigar outras pesquisas, sem encerrar a discussão. Dentre suas limitações, pode-se citar o número de participantes e o fato de ser realizado em apenas um município. Os aspectos relacionados à saúde foram abordados de maneira breve, o que pode suscitar novas pesquisas sobre o significado do trabalho. Outra questão que também poderia ser aprofundada é sobre as estratégias defensivas das quais as professoras lançam mão para não adoecerem na atividade laboral.

Os questionamentos a respeito da saúde, do que gostam e do que não gostam em seus afazeres foram as que mais provocaram reflexão nas pesquisadas. Muitas pararam para pensar sobre si e sobre como o trabalho interfere em suas vidas, pois na correria do dia a dia frequentemente vivem no automático. Ter o espaço de escuta foi muito importante para as professoras, pois nem sempre

elas têm essa possibilidade à disposição. Apesar de nem sempre ser fácil refletir sobre o trabalho, esse exercício é fundamental para a ressignificação do sofrimento e para a construção de novas possibilidades e estratégias defensivas. O não falar também quer comunicar algo, esse fator precisa ser levado em consideração nas pesquisas e estudos no campo da saúde e trabalho.

Referências

- Antunes, R. (1998). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Araújo, L. K. R. & Mendes, A. M. (2014). Reflexões sobre a clínica psicodinâmica do trabalho no contexto sindical. In A. M. Mendes, C. G. Bottega & T. C. M. Castro (Orgs.), *Clínica psicodinâmica do trabalho de professores: práticas em saúde do trabalhador* (pp. 25-37). Curitiba: Juruá.
- Augusto, M. M., Freitas, L. G. & Mendes, A. M. (2014). Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de uma fundação pública de pesquisa. *Psicologia em Revista*, 20 (1), 34-55.
- Beraldo, K. E. A. & Carvalho, A. M. A. (2006). Ouvindo educadoras de creche sobre suas experiências no trabalho. *Temas em Psicologia*, 14 (1), 35-49.
- Bertani, I. F. & Barreto, S. A. P. (2004). As transformações no mundo do trabalho e as consequências na subjetividade dos indivíduos. *Katálysis*, 7 (2), 203-207.
- Biernacki, P. & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10 (2), 141-163.
- Bottega, C. G. & Merlo, Á. R. C. (2010). Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13 (2), 259-275.
- Brito, J., Bercot, R., Horellou-Lafarge, C., Neves, M. Y., Oliveira, S. & Rotenberg, L. (2014). Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 24 (2), 589-605.
- Bruel, A. L. O. (2010). *Políticas e legislação da educação básica no Brasil*. Curitiba: Intersaberes.
- Castro, T. C. M. & Merlo, Á. R. C. (2011). Reconhecimento e saúde mental na atividade de segurança pública. *PSICO*, 42 (4), 474-480.
- Cru, D. (1987). As regras do ofício. In C. Dejours (Org.), *Plaisir et souffrance dans le travail* (pp. 29-42). Paris: AOCIP.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed., A. I. Paraguay, L. L. Ferreira, trans.). São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (1993). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In J. F. Chanlat (Org.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (2ª ed., pp. 150-173). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2003). *A banalização de injustiça social* (5ª ed., L. A. Monjardim, trad.). Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14 (3), 27-34.
- Dejours, C. (2007). Prefácio. In A. M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp. 19-22). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dejours, C. (2008). A metodologia em psicopatologia do trabalho. In S. Lacman & L. I. Snelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 107-128). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C., Abdoucheli, E. & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (M. I. S. Betiol, trad.). São Paulo: Atlas.
- Gernet, I. & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 61-70). São Paulo: Atlas.
- Heloani, R. & Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, 14 (3), 77-86.
- Lancman, S. & Uchida, S. (2003). Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 6, 79-90.

- Lei nº 9.394. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República.
- Lei nº 13.415. (2007, 16 de fevereiro). Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral. Brasília: Presidência da República.
- Machado, A. G. & Merlo, Á. R. C. (2008). Cuidadores: seus amores e suas dores. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 444-452.
- Martins, M. F. D., Vieira, J. S., Feijó, J. R. & Bugs, V. (2014). O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (2), 281-289.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., Araújo, L. K. R. & Merlo, A. R. C. (2011). Prática clínica em psicodinâmica do trabalho: experiências brasileiras. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 169-187). São Paulo: Atlas.
- Merlo, A. R. C. (2000). Transformações no mundo do trabalho e a saúde. In A. Jerusalinsky, A. C. Merlo & A. L. Giongo (Orgs.), *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 271-278). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Ministério da Educação. (2010). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: Secretaria de Educação Básica.
- Moraes, R. D., Vasconcelos, A. C. L. & Cunha, S. C. P. (2012). Prazer no trabalho: o lugar da autonomia. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12 (2), 217-228.
- Neves, M. Y. R. & Seligmann-Silva, E. (2006). A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6 (1), 63-75.
- Perez, K. V. (2012). “Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali”: clínica da psicodinâmica do trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Perez, K. V. (2014). A dinâmica do reconhecimento no trabalho docente: considerações sobre a atividade de professores do ensino superior privado. In A. M. Mendes, C. G. Bottega & T. C. M. Castro (Orgs.), *Clínica psicodinâmica do trabalho de professores: práticas em saúde do trabalhador* (pp. 109-131). Curitiba: Juruá.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Spode, C. B. & Merlo, A. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), 362-370.
- Vieira, J. S., Garcia, M. M. A., Martins, M. F. D., Eslabão, L., Silva, A. F., Balinhas, V. G., Fetter, C. L. R. & Gonçalves, V. B. (2010). Constituição das doenças da docência. *Cadernos de Educação*, (37), 303-324.
- Vieira, J. S., Gonçalves, V. B. & Martins, M. F. D. (2016). Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de Pelotas, Rio Grande do Sul. *Trabalho, Educação e Saúde*, 14 (2), 559-574.

Endereço para correspondência
danifis2010@gmail.com

Recebido em: 13/09/2018
Revisado em: 21/05/2019
Aprovado em: 05/07/2019